

# O retomar das ruas e os dilemas nas lutas: movimentos sociais em tempos de governos oriundos da esquerda\*

Alexander Hilsenbeck Filho\*\*

## **Resumo:**

Um lugar-comum no discurso de certa esquerda era de refluxo das lutas, que não havia massas nas mobilizações de ruas, e, portanto, o argumento, implícito e explícito, seria o de que as eleições tornaram-se um dos espaços vitais de participação popular. Contudo, com as jornadas de junho de 2013 em diante as ruas foram tomadas no país todo. Quais foram as formas de ligação entre a esquerda gestada no processo de redemocratização e essas manifestações e, ainda, qual a articulação dessa relação com o principal partido de esquerda no poder serão considerações analisadas nesse texto. Uma das hipóteses levantadas é que se tem uma nova lógica gerencial de governo que integra a ação política de movimentos sociais, levando paradoxalmente à autogestão da submissão, de empoderamento para gerir a nossa própria dominação.

**Palavras-chave:** Movimentos sociais; governos de esquerda; ascenso das lutas; mobilizações de junho/julho 2013.

*The retaking of the streets and the dilemmas of struggle: social movements in times of governments that originate from the left*

---

\*Uma primeira versão desse texto foi apresentada e discutida junto a representantes de movimentos sociais variados, nos marcos da oficina internacional da Universidade Popular dos Movimentos Sociais - Os direitos humanos em movimento: as organizações, as instituições e as ruas, realizada em Brasília, de 1 a 4 de novembro de 2013. Agradeço a leitura sempre arguta de Isabel Loureiro e também de Suellen Abreu.

\*\*Não possui carro, sequer carteira de motorista e, ainda que Doutor em Ciência Política (Unicamp), entende que para amplos setores da classe trabalhadora “ascensão social” se assemelha – em duradouras frações de seu cotidiano – a conseguir um assento num transporte cruelmente abarrotado. Atualmente é professor de Ciência Política na Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP, Brasil. End. eletrônico: a.hilsenbeck@gmail.com

**Abstract:**

It has been a common assertion in the discourse of certain sectors of the left that social struggles have subsided and there is little mass participation in street mobilizations. The implicit and explicit argument, therefore, has been that elections have become one of the vital spaces of popular participation. Nevertheless, beginning in June 2013 the streets were taken over across the country. This article analyzes the links between those protests and the left that was created in the process of re-democratization, as well as how that relationship involves the principle left party in power. One of the hypotheses proposed is that there is a new managerial logic of government that integrates the political action of movements, leading paradoxically to self-imposed submission, or the empowerment to generate one's own domination.

**Keywords:** social movements; leftist government; the rise of struggles; June/July 2013 mobilizations.

### Um pouco de conjunturas (“passado abandonado jamais se torna passado”)

As gerações formadas nas décadas de 1960/70 e 1980, no contexto de um Estado de Exceção aberto e de luta contra a Ditadura Civil-Militar, fizeram e viram emergir diversas organizações da classe trabalhadora com o mote em comum de lutar pela abertura democrática e a não violação dos direitos humanos. Uma nova cultura política também foi gestada nesse período, com as especificidades dos instrumentais de sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais. No início dos anos 1980 temos no Brasil a formação de importantes organizações, como o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Ascenso de mobilizações de massa, greves, ocupações de terras privadas e improdutivas, de prédios públicos, paralisação de rodovias. A luta contra regimes ditatoriais era realidade não apenas no país, mas no semi-continente latino de modo geral.

“Conquistamos” a democracia, ou melhor, um regime burguês democrático (ou de capitalismo democrático, em que esta se apresenta como um adjetivo e não substantivo), com eleições livres e diretas, rotatividade nos cargos executivos e legislativos. Ainda assim, apesar de essencial para a organização dos trabalhadores, convém não esquecer que uma democracia submetida a um sistema fundamentado na exploração e divisão da sociedade em classes antagônicas.

A geração que foi às ruas ainda nos governos federais do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no auge do assim chamado neoliberalismo duro, ou na tentativa das mais variadas implantações de políticas de corte liberal, também tinha diversos elementos em comum para andar lado a lado. “*Fora já, fora já daqui, o FHC e o FMI*” era um dos mantras que a esquerda, de modo amplo, podia entoar em uníssono, assim como palavras de ordem contrárias às políticas do Banco Mundial para o país e para a América Latina. As críticas às privatizações e congêneres agregavam boa parte do espectro de esquerda. Era enraizada a convicção de que esse conjunto de políticas limitava o já estreito horizonte dos direitos humanos e da dignidade da classe trabalhadora, fomentando miséria,

retirada de direitos básicos, desemprego, empregos precários etc., isso, a despeito e apesar da conquistada “democracia”. A sensação era que faltavam mais espaços democráticos e que se fazia necessário que a esquerda passasse a ditar formas de gestão (obviamente que essa questão não era assim tão consensual, menos ainda de quem deveria exercer essa “gestão popular”).

A convulsão de conflitos no Brasil, e na América Latina, chegava a graus elevados. Derrotar esse modelo neoliberal nas ruas (e para certa parte também nas urnas) era uma realidade que se apresentava palpável. E quanto mais profunda a realidade, maiores contradições podiam ser desveladas. Mesmo assim, era lugar comum ouvir que estávamos num momento de refluxo das lutas e mobilizações de massa, quando comparativamente às décadas passadas. Ainda que fosse consensual que apenas as fortes mobilizações nas ruas seriam capazes de reverter a hegemonia do capital.

No início dos anos 2000, enfim, certa força social oriunda da esquerda passa a ocupar a função de governantes. Seria possível, pela via eleitoral, implementar políticas mais participativas, mais democráticas e populares? A resposta foi positiva, houve mais participação nesses governos oriundos da esquerda, só que essa participação também nos colocava mais e mais nas malhas das políticas propugnadas pelo Banco Mundial<sup>1</sup>. Esse processo ocorre em detrimento dos aspectos contestatórios, horizontais e autônomos, porque o próprio desenho social de tais estruturas governamentais não os permite. Assim, de forma gradual e sem grandes conflitos externos, uma nova forma de gestão vai se impondo aos movimentos e às lutas, quase como um percurso “natural” de “participação”.

O quadro que se desenhou no decorrer dessas décadas, paradoxalmente, foi de autogestão da submissão, de empoderamento para gerir a nossa própria dominação. No capitalismo, a classe que explora também dita o quadro e as modalidades de organização dos explorados. A auto-organização dos capitalistas impõe a lógica de hetero-organização da classe trabalhadora. As formas que condicionam a gestão das políticas públicas (mesmo sob o fetiche democrático) obedecem a este princípio de amarras institucionais para a manutenção da estrutura social dominante.

---

<sup>1</sup>Dentre outras obras, ver Arantes (2004); Martins (2004); Pereira (2009); e os tópicos 4.5 e 4.6 de nossa tese de doutoramento, onde mostramos no tópico sobre *Políticas públicas, enfrentamento e recuperação*, que a estratégia do Banco Mundial para o meio rural brasileiro percorreu todos os governos e garantiu as bases para a expansão de modelos de reforma agrária de mercado em detrimento dos projetos populares. Durante os mandatos de Collor e FHC, a luta do MST serviu de referência a uma crítica mais geral à tentativa de implantação de políticas neoliberais pelo governo federal, não sucedendo o mesmo, até o momento, nos governos do PT, nos quais ocorre a reativação de programas e propostas do Banco Mundial (Hilsenbeck Filho, 2013).

## **As mobilizações em junho/julho: o retomar das ruas e de velhas questões**

Ainda que as recentes mobilizações nas ruas não seja algo inédito (relembramos da Marcha das Vadias, Marcha da Maconha etc.), é certo que enquanto mobilização de massas as de junho/julho de 2013 atingiram proporções sem igual no país, ao menos desde a campanha das Diretas Já.

Uma das faces centrais dessas mobilizações parece se referir a uma contradição entre as relações de produção no transporte urbano e o desenvolvimento das forças produtivas da metrópole, ou seja, entendemos que essa luta não é exterior à dimensão econômica. Resume-se na bandeira do Movimento Passe Livre (MPL) de direito à cidade. A catraca como símbolo da negação ao usufruto de diversos direitos essenciais, pois a vida mercantilizada gera a exclusão social e, para o trabalhador, o tempo gasto no deslocamento do trabalho deveria já ser considerado um tempo de trabalho. Esse deslocamento (e as condições do transporte) tem implicação direta nos níveis de produtividade do trabalhador, pois esses níveis serão afetados, em maior ou menor grau, a partir da intensidade de desgastes físicos e mentais que o trabalhador sofrerá no percurso até o trabalho e, novamente, no trajeto até sua casa. Além disso, a impossibilidade ampla de uso do transporte também coloca condicionantes ao uso da cidade, seja para serviços médicos, escolares, de lazer etc. O urbanismo das cidades capitalistas, as tecnologias utilizadas que materializam relações sociais de exclusão e formas concretas de exploração foram postas em xeque por essa jornada de lutas que conseguiu articular um elemento pragmático e concreto – a redução da tarifa do transporte público – a um contexto mais amplo de negação de mobilidade urbana. O MPL conseguiu, assim, articular o particular e o geral, o objetivo de curto prazo com um objetivo mais amplo, no qual a forma em que se deu o processo de luta permite vislumbrar novos horizontes (Ortellado, 2013).

As enormes mobilizações de ruas foram alimentadas por esse tema, consistiram, assim, numa questão de R\$ 0,20 centavos, sim. Conseguiu-se que a tarifa retrocedesse em boa parte do país. Algo que aparece no cenário do extraordinário, porque nos acostumamos a sempre vê-la subindo, aumento após aumento. Dessa forma se desnaturalizou e apresentou-se como um problema essa relação (ibidem).

Mas essas lutas que prosseguiram em diversas localidades, mais ou menos intensas e fragmentárias, mostraram-se como um sintoma por mais e, no seu processo, revelaram outros problemas. Dentre os principais parece estar: a legitimidade da forma da ocupação das ruas para as reivindicações; a revolta contra a morte dos mortos de sempre, os que apenas entram na estatística e parecem ser considerados pelo Estado como cidadãos de segunda categoria: Amarelos

e Ricardos da periferia<sup>2</sup>; outro elemento problematizado vem a ser o uso da contravolência nessas mobilizações, no ataque a símbolos do capital e a repressão de uma democracia burguesa armada. Sem o romantismo de acreditar que estamos vivenciando uma nova jornada emancipatória, também conseguiremos colocar como pauta a situação cotidiana na qual a violência social, essa exercida à exaustão no dia-a-dia, também ela pode retroceder ao seu limite? Nesse sentido, as mobilizações que se seguiram, e seguem, pela desconstituição das Polícias Militares e o fim do genocídio de parcelas da classe trabalhadora, sobretudo negros e pobres, vem a ser um indício positivo da “herança” das mobilizações de junho/julho de 2013.

No entanto, gostaríamos de tecer algumas considerações sobre outra dimensão que o protagonismo de rua trouxe: a dos labirintos institucionais.

### **Governos oriundos da esquerda (e a velha esquerda em novos tempos)**

Um lugar-comum no discurso de certa esquerda referia-se ao refluxo das lutas, que não havia massas nas mobilizações de ruas, e, portanto, o argumento, implícito e explícito, seria o de que as eleições, nesse momento, tornaram-se um dos espaços vitais de participação popular, indicando que essa opção privilegiada da esquerda pelas eleições é fruto do fracasso das experiências de outras formas de luta de décadas passadas.

Contudo, com as jornadas de junho em diante as ruas foram tomadas no país todo. É certo que não por uma homogeneidade, e nem mesmo hegemonia, de pessoas empunhando bandeiras vermelhas, pelo contrário<sup>3</sup>. Mas, qual o resultado de décadas apostando prioritariamente nas eleições? Ou, em sentido inverso, como o MPL (não sozinho, por certo) conseguiu promover tal magnitude que há décadas não era vista nas ruas?

Uma das lições que podemos tirar dessas manifestações é que elas não foram fruto de convocações via redes sociais ou de lideranças autoproclamadas vanguardas. As redes digitais contribuíram como *fator* para mobilizações, permitindo outros meios de informação e comunicação que não só os das corporações

---

<sup>2</sup>Amarildo foi o ajudante de pedreiro desaparecido pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ricardo era auxiliar de limpeza terceirizado da Universidade Federal de São Paulo, que após ser agredido por policiais militares em frente à Universidade foi morto dias depois a poucos metros do campus Baixada Santista da Unifesp. Cabe ainda ressaltar que a única pessoa que foi presa durante as manifestações e permanece nessa condição no Rio de Janeiro é Rafael Vieira, coletor de materiais recicláveis, vide Matias Maxx (2013).

<sup>3</sup>Como se pode observar a partir das manifestações de 17 de junho em São Paulo e que explodiu no ato do dia 20 do mesmo mês, com ataques físicos aos militantes de partidos políticos como o PT.

mediáticas, o que influenciou nas formas de organização e na redução de seus custos, ainda que não tenha, por si, um papel de protagonismo como querem exagerar alguns entusiastas e, mesmo, teóricos de um ativismo puramente digital/virtual. É certo que o avanço tecnológico nos meios de comunicação facilitou as trocas e compartilhamentos de conteúdos (textos, imagens, vídeos e outros formatos multimídia), ampliando o conflito e o debate em tempo real. Mas também revelou como a comunicação é um dos elementos fundamentais da manutenção do poder, tendo a grande mídia como um dos seus principais instrumentos que possibilitou a tentativa de recuperação dos sentidos dos conflitos pelas classes dominantes. O fato de que o traço definidor das mobilizações não tenha sido classista, no sentido de uma clara bandeira de esquerda, mas tido conteúdos de pautas difusas, permitiu a recuperação do discurso e dos símbolos das lutas pelos capitalistas com a tentativa de inverter o sentido das manifestações por dentro delas, como se pode observar na chamada “revolta dos Coxinhas” (*Passa Palavra*, 2013a; 2013b).

Numa perspectiva sociológica ou politóloga não havia um movimento com base social clara e bem definida, com lideranças reconhecíveis (e como tal passíveis a negociação). As declarações do Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho (responsável pela articulação com os movimentos sociais) de que eram difíceis de entender as mobilizações, pois ocorriam num formato não tradicional de carro de som, lideranças com quem negociar etc., somadas ao fato de que o governo procurou “lideranças” e os movimentos de sua “base social” (como na reunião de 22 de junho em que Lula reuniu-se em seu Instituto com representantes do MST, CUT, UNE, Fora do Eixo, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres e União da Juventude Socialista-PCdoB), para tentar influir de alguma maneira nas manifestações expõem claramente esse quadro de desencontro entre movimentos e organizações que pouca capacidade tinham para tal, pois as pessoas nas ruas não as viam como uma vanguarda com legitimidade para isso<sup>4</sup>.

Para quem foi às ruas nesses meses – com olhos de enxergar e ouvidos de escutar – pode ter percebido não se tratar nem de uma massa fascista e nem de uma revolução de esquerda que batia à porta, mas de diversos tipos de interações que envolviam integrantes de movimentos tradicionais como sindicalistas e partidos, bem como pequenos grupos, coletivos menores, rede de amigos e indivíduos com identidades distintas, habitantes do centro (periférico) e da periferia da cidade (como no caso de São Paulo). Isso levou a usos diferentes de táticas

---

<sup>4</sup>Ver *Portal Vermelho* (2013) e *G1.globo.com* (2013).

e estratégias a partir de identidades dissonantes e da multiplicação de “ruídos”, isso é, a existência de uma menor coesão sobre as pautas e seus sentidos, levando além da massificação também para a possibilidade de uma tendência mais forte de resignificação dos protestos. Percebe-se desse processo, por um lado, a busca por parcelas crescentes da população pelo direito à cidade, a insatisfação ligada à infraestrutura urbana e políticas públicas e, por outro lado, a militarização da questão urbana e seus protestos, tendo influência tanto nas pautas mais à esquerda ou à direita<sup>5</sup>. Ainda assim, é exato que as organizações tradicionais de esquerda pouco souberam lidar com as massas nas ruas.

Duas dimensões opostas podem ser observadas no tocante às manifestações.

Elas emergiram como o resultado de longos, e por vezes silenciosos, trabalhos de base, que envolvem a construção de relações sociais e sociabilidades antissistêmicas. Uma forma de politização que foi, por décadas e gradativamente, sendo abandonada por organizações tradicionais da classe trabalhadora em prol de momentos pontuais na disputa eleitoral. Esse trabalho da “velha toupeira” é realizado a partir dos problemas concretos do cotidiano das populações, nos seus locais de moradia e trabalho, através da arte – do teatro, da música, do grafite – da educação, entre outras formas de relações que se fortalecem nos momentos de manifestação pública.

E, cabe perguntar, durante os governos do PT qual a bússola que orientou boa parte do campo da esquerda? O próprio governo? Conforme uma das lideranças do maior movimento social brasileiro:

A classe dominante, os capitalistas, os interesses do império estadunidense e seus porta-vozes ideológicos que aparecem na televisão todos os dias, têm um grande objetivo: desgastar ao máximo o governo Dilma, enfraquecer as formas organizativas da classe trabalhadora, derrotar qualquer proposta de mudanças estruturais na sociedade brasileira e ganhar as eleições de 2014, para recompor uma hegemonia total no comando do Estado brasileiro, que agora está em disputa (Stédile, 2013).

Será este o caminho a ser seguido pelos movimentos sociais? De permitir que sua agenda de lutas seja preenchida exogenamente pelos temas impostos pelo governo? Em mais de uma década de governos do PT qual foi o balanço do acúmulo de forças e qual foi o ascenso dos movimentos de massas? Conforme outro dirigente do MST, o movimento não apenas não acumulou forças nos governos Lula, mas de modo geral se enfraqueceu.

---

<sup>5</sup>Tanto sobre o direito à cidade, como sobre a militarização da questão urbana, confira, respectivamente, os escritos de David Harvey (2012) e de Marcelo Lopes de Souza (2012) publicados no número 29 de *Lutas Sociais*.

[...] está enfraquecido pela própria lógica do Estado burguês do governo Lula, um governo que efetivamente criou uma série de problemas para os movimentos sociais. Nós não acumulamos no governo Lula, muito pelo contrário, nós nos enfraquecemos em geral (Mauro, 2008: 100).

Não teria essa falta de acúmulo contribuído para uma guinada mais à direita nas mobilizações de massa de junho/julho de 2013?

As eleições de partidos oriundos da esquerda possuem um potencial maior de recuperação e assimilação (e não somente de repressão) das lutas sociais.

O capitalismo só consegue governar recuperando esquerdas, a direita sabe mandar policiais e reprimir, mas não sabe desarticular os movimentos. Para saber desarticular os movimentos é preciso um presidente da República que tenha sido dirigente sindical, que esteja rodeado de antigos sindicalistas, de assessores que pertenceram a este movimento. Aí você consegue desarticular um movimento (Bernardo, 2008).

Na mesma linha argumentativa, Zibechi (2012) identifica os governos progressistas como mais aptos para lidar com as resistências sociais, pois aqueles provêm destas e possuem maior legitimidade para ação. Isso seria fundamental para o capitalismo num momento em que haveria certa deslegitimação do modelo neoliberal de privatizações.

A mudança que se produziu nas equipes de governo incide numa maior estabilidade, não apenas por razões políticas mas também sociais. Uma recente pesquisa sobre a elite dirigente do governo Lula, integrada sobretudo por cargos de confiança política, conclui que se trata de um grupo com elevada instrução e experiência profissional. No entanto, o mais relevante é que essa elite tem ‘uma grande participação sindical, partidária e associativa’, que ‘a metade está filiada a sindicatos e um quarto ao PT’ e que tem ‘vínculos muito fortes com associações profissionais e movimentos sociais’. Este setor que proveio dos movimentos populares e sociais, agora faz parte do aparato estatal. (Zibechi, 2012: 67-68).

Com isso, não queremos afirmar que para evitar tal risco de assimilação o ideal seria a eleição de partidos de direita. Até porque as opções políticas não se restringem a votar em A ou B, em apoiar este ou aquele partido eleitoral. O que gostaríamos de sublinhar é que a análise precisa ser mais profunda, fugindo de uma dicotomia pura, no campo político eleitoral (cada vez mais falsa) entre governos de direita e governos oriundos da esquerda, tendo que compreender as formas e as consequências que assumem determinadas políticas governamentais. E, ainda, qual a capacidade de confrontação política de se adotar a eleição como estratégia ou tática, ou como via única de estratégia e tática.



Apesar de algumas políticas executadas pelos governos serem exatamente conquistas das lutas sociais de esquerda, isto não significa que elas não possam passar por um processo em que reformulem os modos de dominação. Com governos oriundos da esquerda as classes dominantes possuem bases mais sólidas que possibilitam ramificações – de maior ou menor envergadura – no interior das classes trabalhadoras e de suas organizações.

Em nossa tese de doutoramento (Hilsenbeck Filho, 2013), no capítulo *A esquerda que ocupa a esquerda: o drama do Assentamento Milton Santos*, e numa série de textos publicados em decorrência da luta desse assentamento, ocorrida no início de 2013, mostrou-se como essa luta significou uma fissura no consenso construído há mais de dez anos, pois confrontava diretamente não apenas os tradicionais setores do capitalismo, mas também o governo do PT, a figura de Dilma e de Lula. Tal fissura transformou-se (obviamente não por relação com a luta do assentamento Milton Santos) na transposição de um limiar com as massivas mobilizações de junho de 2013 nas ruas das cidades pelo país, inicialmente capitaneadas pelo MPL e impulsionadas pela redução das tarifas do transporte público.

Estas se iniciaram e se desenvolveram sem o protagonismo, e mesmo sem a presença massiva (nem organizativa e nem física) dos clássicos instrumentos da classe trabalhadora, como centrais sindicais e movimentos sociais. Isso ocorreu apesar do declarado anseio de seus dirigentes por um reascenso das mobilizações de massa, e da afirmação sempre repetida de que a luta institucional servia como acúmulo de forças para que isso sucedesse. Contudo, essas organizações, até o momento, praticamente nada conseguiram fazer para intervir nesse capital político, a não ser uma tentativa (infrutífera até aqui) de vincular as mobilizações com uma defesa do “legado de Lula e do governo de Dilma” (Falcão, 2013)<sup>6</sup> e da defesa de interesses que o governo diz ser da população.

### **Algumas outras questões das lutas sociais**

Retomamos uma das linhas condutoras de nosso argumento. No processo de redemocratização nacional e de governos executivos oriundos da esquerda temos uma relação em que há o encaixe das lutas de classes com políticas públicas numa era de criação e fomento de dispositivos de participação como meio de governo. Tem-se, portanto, a difusão de um sistema de ação operando no plano das palavras e das condutas. Desse modo, o “fio da navalha” se revela como uma

---

<sup>6</sup>Além do ato realizado pelas centrais sindicais e seus militantes no dia 11 de julho que, a despeito de pretender unificar a esquerda contra os ataques do fascismo, se viu esvaziado do cidadão que saía às ruas nas mobilizações passadas.

nova racionalidade política em que se mesclam elementos da esquerda-direita. Nessa nova “racionalidade política” reside também uma nova lógica gerencial de governo que integra a ação política de movimentos sociais.

O que buscamos ressaltar (e isto não significa necessariamente uma dicotomia de caminhos) é que nos parece que um dos dilemas centrais atualmente para os movimentos de esquerda está entre apostar num novo projeto nacionalista e desenvolvimentista – que encontra ecos inclusive em setores da burguesia nacional<sup>7</sup> – ou então, radicalizar e consolidar o trabalho, por vezes subterrâneo e silencioso, da velha toupeira, construindo canais e redes de ligação com outros setores da[s] classe[s] trabalhadora[s] (incluindo os que não encontram sequer instrumentos de representação e expressão política) e uma nova sociabilidade em seus territórios, antagônica à capitalista.

Qual será a tônica de classe e a dimensão política que as lutas tomarão não é possível prever. Nem tampouco se as organizações tradicionais da classe trabalhadora ficarão presas numa forma de luta da época do “descenso das massas”.

Fala-se comumente da perda de capacidade mobilizadora dos movimentos sociais a partir dos anos 1990, mas sem adentrar efetivamente nas suas causas, como se fosse algo natural (ou naturalizado). E não se indaga (ou se questiona muito pouco) por quais razões os movimentos populares não possuem mais a penetração social que já tiveram. Acabam por assumir o papel de uma vanguarda que muito pouco dirigiu nas mobilizações de junho/julho de 2013, pois possuíam quase nenhuma legitimidade, pois não representavam as pessoas que estavam nas ruas.

A ambivalência das organizações tradicionais como sindicatos e movimentos sociais em relação às massivas manifestações de rua refletem limites – num dado momento – da própria relação dessas organizações com um governo de coalizão do PT, e a capacidade representativa dessas organizações com a massa de manifestantes. Talvez essa tenha sido uma das consequências de sair das ruas para virar (ou disputar o) governo (ainda que como segundo ou terceiro escalão).

Parece haver uma dissonância entre culturas políticas distintas de esquerda, fragmentando-a ainda mais e dificultando a criação de novas possibilidades de ação anticapitalistas. Seria essa barreira (ou esse gueto) intransponível? Ou conseguiremos aglutinar forças e criar pontes entre essas esquerdas para objetivos em comum, com novas táticas e estratégias? Será possível transpor o antagonismo entre a esquerda tradicional e as novas mobilizações num sentido que agregue essas lutas contra o sistema, transformando pela raiz essa sociedade?

---

<sup>7</sup>Sobre o neodesenvolvimentismo, confira: Almeida (2012, 2013); Boito Jr. (2012); Bresser-Pereira (2011); Gonçalves (2012).

Como deve ter ficado claro, se trata de dilemas e desafios que, de forma mais ou menos intensa, abarcam a quase totalidade das lutas sociais atualmente, não se restringindo sequer ao Brasil. Uma crise das formas organizativas da classe trabalhadora que se espelha como processo de vitória do Capital. O que coloca a esquerda no fio da navalha.

Não se pretende ignorar o importante papel que ainda possuem as organizações tradicionais surgidas na época da redemocratização. Elas criaram uma cultura política de mobilizações e formas organizativas; são capazes de construir agendas políticas e negociá-las; formam quadros militantes; mobilizam suas bases. No entanto,

Uma das marcas principais do novo momento que se abriu em junho é justamente ser o primeiro fenômeno de massa a gestar-se independentemente das organizações de massa que protagonizaram o ciclo político iniciado com a abertura do regime militar: partidos como o PT, sindicatos como a CUT, movimentos como o MST. Isto não significa que os membros destas organizações, em alguns casos as próprias organizações, não tenham apoiado os protestos ou se somado a eles em momentos; mas sim que nunca tiveram seja maioria numérica, seja hegemonia sobre seu conteúdo. Também por conta disso, a visão dos protestos que teve “a esquerda” – isto é, a esquerda institucional, as organizações tradicionalmente reconhecidas como tal – foi desde o início ambivalente (Nunes, 2013).

Em que pese toda a importância que tiveram como formas organizativas das classes trabalhadoras, estaríamos vivenciando, no momento, um limite nas ações de transformação de movimentos de esquerda gestados na época da redemocratização? Em caso positivo, esses limites estariam circunscritos a uma questão conjuntural que, claramente, envolve o principal partido institucional oriundo da esquerda no governo federal? Ou corresponderiam a uma questão estrutural de reconfiguração do capitalismo e à capacidade desse sistema de recuperar as formas até então desenvolvidas de luta? Ou mais precisamente esses elementos estariam interligados? Esses movimentos conseguirão se reinventar, adaptando-se a um novo momento político e econômico do país, dado que não é mais possível olhar para o hoje e enxergar o mundo (tal qual era) nos anos 1980? Visto que os movimentos forjados na redemocratização tinham como uma das bandeiras exatamente o protagonismo da política feita nas ruas, como irão lidar com as novas coordenadas da política brasileira? Quais as táticas e estratégias a serem desenvolvidas – pelo amplo leque de forças e movimentos de esquerda (ou que ainda se identificam nesse campo) – para que a conjuntura avance na direção de tornar mais provável do que anteriormente uma situação que leve de fato a mudanças estruturais?

No breve recorte histórico dos conflitos de junho/julho de 2013, não houve

a capacidade de levar adiante a unificação das forças e setores insatisfeitos, menos ainda numa perspectiva puramente classista. Resta, em todo caso, verificar se a conjuntura permanecerá aberta para a condução e transformação política. E se irá se constituir (mesmo que fragilmente) um legado de cultura de luta (nas ruas) nas próximas mobilizações e reivindicações da classe trabalhadora. Essas lutas têm o poder de desconstruir consensos, de criar dissensos em várias dimensões e níveis, o que é impertinente para setores no poder ou com aspirações a tal. Inversamente, isso cria opções no campo da esquerda, revitaliza formas de pensar e agir, sobretudo num momento em que impera uma era de participação democrática “sofisticadamente adulterada”.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio (2013). Das entranhas do nacional-desenvolvimentismo. *Espaço Acadêmico*, Maringá, jul. Disponível em: <<http://espacoacademico.wordpress.com/2013/07/09/das-entranhas-do-neonacional-desenvolvimentismo/>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.
- \_\_\_\_\_ (2012). Entre o nacional e o neoneonacionaldesenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 112, out-dez.
- ARANTES, Pedro (2004). *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- BERNARDO, João (2008). *Entrevista com João Bernardo: na Comuna da Terra de Jandira-SP*. Documentário Zona Crítica. Produção de: Nina Fidelis, João Campos e W. Jesus. Também disponível em: <<http://passapalavra.tv/?p=43121>>.
- BOITO JR, Armando (2012). Governo Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: \_\_\_\_\_; GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, p. 67-104.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.(2011). O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. *Interesse Nacional*. abr./jun. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2011/10.26a.Brasil\\_Novo-desenvolvimentismo\\_InteresseNacional.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2011/10.26a.Brasil_Novo-desenvolvimentismo_InteresseNacional.pdf)>. Acesso em 10 de outubro de 2013.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (2010). *Quem é a elite dirigente brasileira, hoje?* Instituto Humanitas Unisinos.

- FALCÃO, Rui (2013). PT vai às ruas com MPL. Quem disse que o PT tem medo de rua? *Conversa Afiada*, 20 jun. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/20/rui-falcao-pt-vai-as-ruas-com-o-mpl/>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.
- G1.GLOBO.COM (2013). *‘Está difícil de entender’*, diz Gilberto Carvalho sobre manifestações. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/esta-dificil-de-entender-diz-gilberto-carvalho-sobre-manifestacoes.html>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.
- GONÇALVES, Reinaldo (2012). Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, n. 112, São Paulo, out./dez.
- HARVEY, David (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo, jul./dez., p. 73-89.
- HILSENBECK FILHO, Alexander Maximilian (2013). *O MST no fio da navalha: dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes*. Tese de doutorado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- MARTINS, Mônica Dias (org.) (2004). *Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viamundo.
- MAURO, Gilmar (2008). É preciso investir no processo de formação. In: LOUREIRO, Isabel (org.). *Socialismo ou barbárie: Rosa Luxemburgo no Brasil*. São Paulo: IRLS, p. 90-105.
- MAXX, Matias. A única pessoa condenada pelas jornadas de junho de 2013... Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/528099-a-unica-pessoa-condenada-pelas-jornadas-de-junho-de-2013>>. Acesso em 15 de julho de 2013.
- NUNES, Rodrigues (2013). O Partido do Evento. *Revista Fórum*, 06 de outubro. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/o-partido-do-evento/>>. Acesso em 21 de outubro de 2013.
- ORTELLADO, Pablo (org.) (2013). *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta.
- PASSA PALAVRA (2013a). *20 de junho: a Revolta dos Coxinhas*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/79726>>. Acesso em 21 de junho de 2013.
- \_\_\_\_\_ (2013b). *Uma nação em cólera: a revolta dos Coxinhas*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/06/79985>>. Acesso em 25 de junho de 2013.

- \_\_\_\_\_ (2011). *A esquerda fora do eixo*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/06/41221>>. Acesso em 18 de outubro de 2013.
- PEREIRA, João Márcio Mendes (2009). *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense.
- PORTAL VERMELHO (2013). *Lula se reúne com representantes de entidades de juventude*. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_noticia=217390&id\\_secao=8](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=217390&id_secao=8)>. Acesso em 01 de julho de 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de (2012). Militarização da questão urbana. *Lutas Sociais*, n. 29, São Paulo, jul./dez., p. 117-129.
- STÉDILE, João Pedro (2013). Precisamos disputar corações e mentes. Quem não entrar, ficará fora da história. *Brasil de Fato*, 25 jun. . Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Jo%C3%A3o-Pedro-Stedile-analisa-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-da-juventude-e-perspectivas-da-luta>>. Acesso em 27 de junho de 2013.
- ZIBECHI, Raul (2012). *Brasil potencia*. Entre la integración nacional y un nuevo imperialismo. Bogotá: Ediciones Desde Abajo.